

Distrito: Setúbal **Concelhos:** Santiago do Cacém
Sines

PROF: Alentejo Litoral, Funcionalidades – Pd;
Pt; Re

Superfície: 9500 ha **Arborizada:** 5 800 ha

Principais espécies: **Rede viária:** 150 km

Pb, Pm, Sb, Ec

Património edificado: n.d.

Submissão ao RF: -

1.ª Arborização: n.d.

1.º Plano de Ordenamento: n.d.

SNAC: RNAP: PNSACV
RN Lagoas de Santo André e

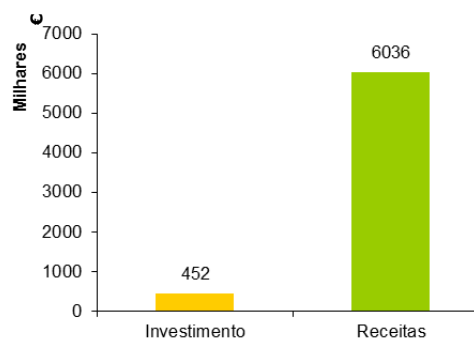
Sancha
SIC: Sítios Comporta – Galé e Costa
Sudoeste

PGF: em elaboração

Investimento: € 155 019 – arborização
(2000 a 2011) e beneficiação
€ 296 840 – outras despesas
€ 4 /ha/ano

Receita: € 3 706 750 – material lenhoso
(2000 a 2011) € 2 048 149 – cortiça
€ 281 400 – resina, pinhas
€ 53 /ha/ano

Custo de estrutura: n.d.



Indicadores de gestão

A Área Florestal de Sines (AFS) tem aproximadamente 9500 hectares, está arborizada, numa superfície de 5 800 hectares, tendo como espécies principais o pinheiro-bravo em povoamentos puros ou em consociação com o pinheiro-manso (que ocupam cerca de 39% da área arborizada), seguidas do sobreiro (ocupando cerca de 14% da área), e de eucalipto e folhosas diversas em consociação com as outras espécies. Existem ainda diversas infraestruturas, associadas ou não à gestão florestal (viveiros florestais desativados, aterros sanitários, antenas de telecomunicações, etc.).

A gestão/administração da AFS é da responsabilidade da UGF do Alentejo Litoral, sediada em Alcácer do Sal, existindo um posto de atendimento em edifício próprio junto a Sines (antiga casa de guarda florestal).

O pinheiro-bravo, cujos povoamentos mais antigos têm entre 45 e 60 anos, têm uma produtividade entre 5 e 6 m³/ha/ano e na década de 1980 eram considerados dos melhores do país para a produção de resina, tanto em qualidade como em quantidade. A exploração de resina, tradicionalmente feita com grande intensidade, tem contudo prejudicado a qualidade da madeira obtida nos povoamentos mais antigos, pelo que tem sido abandonada nos mais jovens.

No período de 2000 a 2011 foram investidos € 451 860 em ações de arborização, de controlo de vegetação, de desramações, bem como na realização de desbastes e de cortes culturais, tendo sido intervencionados cerca de 2122 hectares. Quanto às receitas obtidas (no período de 2000 a 2011) com a comercialização de material lenhoso, o seu valor foi de 3 706 750 euros. A venda de cortiça representou um valor de € 2 048 149. A venda de resina resultou numa receita de 198 800 euros e a venda de pinhas o valor de 82 600 euros.

A AFS insere-se no PROF do Alentejo Litoral, sub-regiões homogéneas "Pinhais do Alentejo Litoral" e "Serras de Grândola e Cercal", sendo a 1.ª função a "produção", a "proteção" a 2.ª função e o "recreio e estética da paisagem" a 3.ª função. A principal função que motivou a sua integração no GAS (enquadramento do pólo industrial e portuário de Sines) continua a ser relevante, nela se integrando quer as diversas unidades e zonas industriais, quer alguns centros urbanos de grande dimensão (Sines e Vila Nova de Santo André).

O plano de gestão florestal, que se encontra em fase de elaboração, prevê a concretização dos objetivos e as metas do PROF, preconizando a produção de madeira de qualidade, a produção de cortiça e a promoção e o enquadramento das atividades do recreio e do lazer. Os grandes óbices estruturais a ultrapassar centram-se na ausência de meios humanos exclusivamente afetos à gestão desta vasta área, na grande complexidade cadastral e na existência de inúmeros contratos de arrendamento que importa acompanhar.

Os problemas fitossanitários têm afetado gravemente a AFS, quer os resultantes da expansão do nemátodo da madeira do pinheiro (NMP), tendo esta área rapidamente sido incluída na antiga "zona de restrição", quer do declínio do montado, possuindo algumas manchas significativas de sobreiros de crescimento débil e com fraca regeneração natural.

Apontamento histórico

A Área Florestal de Sines é constituída por inúmeros prédios rústicos e urbanos situados na zona de actuação direta do denominado Gabinete da Área de Sines (GAS) e que foram expropriados a favor deste Gabinete, no início da década de 1970 (herdades da Areias Brancas, Badoca, Bebeda, Loureiro, Maria da Moita, Montes Velhos, Pessegueiro, Sancha, Vale Clarinho, etc., e ainda o Perímetro Florestal da Costa do Norte, então administrado pelos Serviços Florestais). Trata-se de uma exploração com limites extremamente irregulares e repleta de servidões e encravados.

Na sequência da determinação do Governo de proceder à extinção do GAS, no ano de 1989 foi transferida para o Estado a propriedade dos prédios urbanos e rústicos pertencentes ao Gabinete, ficando afetos à então DGF todos os terrenos com aproveitamento florestal, ou seja, a chamada "floresta de produção" e ao Serviço Nacional de Parques, Reserva e Conservação da Natureza (SNPRCN, hoje Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, ICNB, I.P.) a "floresta de proteção", com 1 675 ha.

Atualmente é gerida pela Autoridade Florestal Nacional (AFN), através da Direcção Regional de Florestas (DRF) do Alentejo.

Património arquitetónico

Possui diversos assentos de exploração das antigas herdades e quintas (Maria da Moita, etc.) e do Perímetro Florestal da Costa do Norte, com inúmeros edifícios, uma parte substancial dos quais carece de obras de beneficiação.

Factos singulares

- Numa área de cerca de 200 hectares pertencente à AFS está instalado o “Badoca Safari Park”, localizado no IC 33 entre Santiago do Cacém e Sines. É um parque aventura onde existem diferentes espécies de animais selvagens, sendo possível conviver de perto com zebras, girafas, orixes, gnus e muitas outras espécies que em plena liberdade. Também existem diversas aves de rapina onde águias e falcões realizam voos livres e mostram formas de caçar as suas presas.
- Constitui a mais extensa exploração agroflorestal detida pelo Estado ao sul do paralelo de Setúbal, estando porém muitas das suas parcelas em processo de reversão para os antigos proprietários (a sua área em 1989 era de 11 639 ha).
- Possui algumas formações e espécies de grande valor de conservação, como os zimbrais de *Juniperus navicularis* (espécie endémica do Continente).
- Apesar de administrado desde 1989 pelos serviços do Ministério da Agricultura nunca foi submetido ao regime florestal total.